

ANO 1 - Nº 09 - SETEMBRO 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

SOBERANIA NACIONAL E INSERÇÃO EXTERNA

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

O ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, participou no dia 6 da Cúpula da Região Amazônica, em Letícia, na Colômbia. De 11 a 13 de setembro, Araújo cumpriu agenda em Washington (EUA), no Departamento de Estado, Heritage Foundation, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização dos Estados Americanos.

O ministro cumpriu agenda em Nova Iorque nos dias 23 e 27, além de acompanhar o presidente Jair Bolsonaro em sua participação na abertura da Assembleia Geral da ONU. Além de reuniões com autoridades da ONU, do G-4, do Prosur, do Grupo de Lima e do Grupo do Rio de Janeiro, ele também se encontrou com os chanceleres de vários países e participou de uma Conferência sobre a Proteção da Liberdade Religiosa.

No dia 25, o presidente Jair Bolsonaro foi o primeiro representante de governo a discursar na Assembleia Geral da ONU (desde 1947, o Brasil é o primeiro país a falar).

Estado, Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Foi editada no dia 6 a Medida Provisória nº 896, que veta avisos de licitação em jornais. Estes deverão ser publicados no Diário Oficial da União e nos sites governamentais da esfera responsável (federal, estadual ou municipal). Estados e municípios podem usar sites do governo federal.

No dia 23, a Portaria nº 3.930, do Ministério da Defesa, constituiu um grupo de trabalho para realizar estudo técnico para implementação do “Sistema Informatizado de Gestão Arquivística e Documental das Forças Armadas (Sigad-FA)”, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

A circular nº 3.964, do Banco Central, que obriga todas as instituições financeiras (bancos comerciais, de investimento, instituições de pagamento, corretoras, etc) a entregar para o Banco Central “demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias” que serão publicizadas no site do Banco Central foi publicada no dia 25. Deverão ser disponibilizadas de forma aberta informações relativas a balanço patrimonial, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido, entre outras.

Segurança Pública

O presidente Jair Bolsonaro sancionou no dia 17 uma lei que amplia a posse de armas de fogo na área rural. Aprovada pelo Congresso no final de agosto, a proposta considera residência ou domicílio, para fins de posse de arma, “toda a extensão” do imóvel rural, e não apenas a sua sede.

O ministro Sergio Moro prossegue com a agenda para divulgação do “Em frente, Brasil”. O programa piloto pretende reduzir taxas de criminalidade em cinco cidades: Ananindeua (PA), Goiânia (GO), Paulista (PE), São José dos Pinhais (PR) e Carriacica (ES) via articulação de políticas públicas entre ministérios, órgãos estaduais e municipais.

ANÁLISE CRÍTICA

A Cúpula de Letícia foi uma reunião de emergência proposta ainda em agosto pelos presidentes da Colômbia e do Peru, diante das queimadas que ocorriam em vários países, principalmente no Brasil. Participaram sete países da região, menos a Venezuela, que não foi convidada, e a resolução final é uma declaração genérica sobre a necessidade de cooperação científica e de ações comuns para preservar a floresta amazônica.

As duas viagens de Araújo em um único mês aos Estados Unidos somam-se às outras quatro que já realizou, uma média de uma visita a cada 45 dias. A agenda da viagem a Washington incluiu o quarto encontro com o secretário de Estado, Mike Pompeo. Ao lado desta relação estrita com o governo Trump e das reuniões rotineiras com representantes das organizações internacionais, Araújo tem privilegiado os contatos com instituições políticas conservadoras como a Heritage Foundation, onde proferiu mais um de seus discursos contra o “globalismo” e a influência cultural marxista e também participou de um evento que a pretexto de defender a liberdade religiosa no mundo promoveu conceitos cristãos conservadores. Como era esperado, deu entrevista à TV “trumpista” Fox News.

A ida de Bolsonaro à Assembleia Geral da ONU é a terceira visita que faz aos EUA, embora, como da vez passada, não tivesse agenda com o governo deste país. Seu discurso foi uma repetição da retórica que usa para agradar seus apoiadores no Brasil e mais um indicativo de que sua estratégia na política externa não é projetar o país no exterior a partir de uma política interna de desenvolvimento e justiça social, mas apenas se aproximar do governo estadunidense e de outros governos conser-

vadores e/ou fascistas, além de se somar às visões retrógradas nas áreas política, econômica e social, bem como nos direitos humanos e meio ambiente.

Houve redução do ritmo de ações do governo relativas aos temas acompanhados mensalmente neste boletim. As três medidas relativas à gestão pública são relacionadas ao tema da transparência, sendo que a primeira tem impacto direto no montante de recursos que o setor público repassaria para jornais privados, a terceira, em tese, aumenta o grau de transparência do setor financeiro e a segunda gera dúvidas sobre a disposição das Forças Armadas em abrir documentos sigilosos, como os que remetem ao período ditatorial militar.

Em junho, após pressão do Senado, Bolsonaro revogou os decretos que já havia assinado (o primeiro de janeiro facilitando a posse de armas e o de maio facilitando o porte) e fatiou os pontos polêmicos acerca de posse, circulação em área rural, porte, CAC's, quantidade limite de munições (referentes ao Estatuto do Desarmamento). A suspensão dos decretos é entendida como uma derrota do governo, que buscou outra estratégia para flexibilizar a posse e o porte de armas. Após a derrota, o presidente dividiu os decretos e enviou para discussão no Congresso. A liberação do porte de armas foi sua primeira vitória.

Não foi publicado orçamento reservado para o programa “Em frente Brasil” nem um calendário de implementação para o restante do país, o que levanta dúvidas sobre a qualidade desta política pública.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

No mês de setembro o fato relevante mais importante na área de infraestrutura se deu com o envio ao Congresso, pelo governo, do projeto de lei que dá início ao processo de privatização da Eletrobras. O Ministério de Minas e Energia afirmou neste mês que o governo pretende concluir a aprovação do PL. Segundo o Executivo, a intenção é a aprovar o modelo da operação ainda em 2019 para que ele possa ser concluído em 2020.

A intenção do governo é realizar uma emissão de ações para dissolver a participação da União no capital social da empresa. Pelo modelo desenhado, nenhum acionista vai poder ter mais do que 10% das ações da Eletrobras no que diz respeito a voto. O governo talvez fique com 30% a 40% das ações da empresa, o percentual ainda não foi definido.

O aval do Congresso é necessário para que o governo dê prosseguimento ao repasse do controle da estatal para a iniciativa privada. Isso porque a inclusão da empresa no Plano Nacional de Desestatização (PND) deve ser aprovada por meio de mudança na legislação. O ministro de Minas e Energia tem declarado que o tema tem sido tratado em suas viagens internacionais e que há interesse na empresa, que representa 31% da geração de energia do país.

O governo espera arrecadar 16,2 bilhões de reais com a operação, de acordo com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2020 enviado ao Congresso. A estimativa anterior era de doze bilhões de reais.

No entanto, o governo vai enfrentar resistências de deputados e senadores para aprovar o PL que abre caminho para a privatização. As dificuldades são maiores no Senado, de onde o presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP) já avisou ao Palácio do Planalto que não existe clima para aprovação. Líderes partidários ouvidos avaliam que o cenário também é desfavorável à privatização na Câmara, mesmo com o apoio de Rodrigo Maia (DEM-RJ).

As bancadas do Norte e do Nordeste são as mais resistentes à mudança. Essas duas regiões são dependentes da estatal para geração de energia, sobretudo a eólica, e não querem a abertura do mercado para investidores estrangeiros.

Congressistas do Norte e Nordeste ocupam 48 das 81 cadeiras do Senado e 216 dos

513 assentos da Câmara. Por interesses diversos, a resistência à privatização une políticos da esquerda à direita. Vale lembrar que, em junho, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o Executivo não pode vender estatais sem a aprovação do Legislativo. Pela decisão, só podem ser negociadas sem a aprovação do Congresso as subsidiárias.

ANÁLISE CRÍTICA

A Eletrobras e suas subsidiárias estão na lista de empresas que serão privatizadas prioritariamente no próximo período. Mesmo considerando diferenças entre a privatização pura e simples e a “capitalização” que leva o Estado à perda do controle, o Brasil sairá de um seleto clube de países que contam com a hidreletricidade como base principal de sua matriz elétrica e, que, por isso mesmo, mantêm essas empresas sob o controle público.

Segundo dados do World Economic Forum, China, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Rússia, Noruega, Índia, Suécia, Venezuela e Japão são os dez líderes da produção de hidreletricidade. Dentre esses, apenas Brasil, Canadá, Noruega, Suécia e Venezuela tem mais de 50% de sua energia nas usinas hidrelétricas. O Japão é o único privado, mas suas hidrelétricas respondem por apenas 7% da demanda. Portanto, com toda essa singularidade, caso o Brasil privatize a Eletrobras será o único a ter adotado essa política. Será que os outros estão errados? Será que a luta contra a corrupção não é suficiente para permitir que tenhamos empresas públicas?

A primeira dúvida que surge é a capacidade de estabelecer um sistema de regulação e fiscalização eficiente. Comparação das agências reguladoras brasileiras com o sistema estadunidense provoca sérias dúvidas sobre saber privatizar. No setor elétrico, o Federal Energy Regulatory Commission (Ferc) tem o triplo de especialistas da Aneel e ele nem significa a totalidade do sistema regulador, pois vários estados têm agências independentes.

Esse assunto é essencial, pois dados históricos coletados na Aneel mostram que, no período 1995-2018, a tarifa média residencial subiu 60% acima da inflação. A tarifa industrial (das distribuidoras) superou o IPCA em 130%. Esses dados deveriam levar à conclusão de que só vender empresas não significa um processo com objetivo público.

O curioso é que também se imagina um futuro cenário radicalmente diferente da experiência brasileira dos últimos vinte anos quanto à independência e pujança do setor privado. No caso do setor elétrico, dados do Banco Nacional de Desenvolvi-

mento Econômico e Social (BNDES) Eletrobras mostram que, nesse período, cerca de trezentos bilhões de reais se originaram de empréstimos ou de parcerias com a estatal. Nos últimos dez anos essa sujeição se acentuou atingindo cerca de bilhões de reais ao ano. Portanto, se esses dados significam alguma coisa, a ausência da Eletrobras e a redução de apoio do BNDES podem gerar uma desagradável surpresa.

O que muitos não entendem é que, mesmo com um crescimento da economia bem abaixo de países como a Coreia do Sul ou a China, o Brasil necessita no mínimo de 2.000 MW médios novos todos os anos. Isso significa duas usinas como Itumbiara de Furnas por ano, simplesmente a nona maior usina brasileira. Portanto, o mercado, que funciona bem em estabilidade, precisa ter mecanismos para contratar seu futuro.

A Eletrobras sempre foi usada para remediar problemas do processo de privatização e mercantilização da energia. Primeiro foi obrigada a comprar distribuidoras rejeitadas pelo mercado na década de 1990. Herdou as empresas do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia e Roraima, enquanto o setor privado acolhia as empresas de estados menos problemáticos. Depois do racionamento, por gerar hidroeletricidade, foi obrigada a perder contratos e gerar energia por valores ínfimos capturada pelo mercado livre.

Em seguida, é usada para alavancar interesse de investidores privados com as parcerias e, por último, sofre praticamente sozinha a desastrosa intervenção para reduzir tarifas artificialmente. A marca de todos esses passos é o sacrifício de receita da Eletrobras e a liberação do setor privado de qualquer responsabilidade ou esforço. Portanto, o defeito está fora da estatal.

Com essa trajetória, injustamente e sem o devido cuidado nas comparações, a empresa é rotulada de “ineficiente”, inclusive com a depreciação sobre seu corpo funcional.

É preciso lembrar que o setor privado virá comprar ativos existentes. Como aconteceu na década de 1990, nada novo será construído. Agora dificilmente ocorreria um racionamento, pois a demanda está estagnada e temos uma “oferta” cara de térmicas. Mas é bom lembrar que o interesse do capital está associado ao desmonte da tarifa imposta pela intervenção tarifária de 2013. Pode-se imaginar o que ocorrerá quando cerca de 14 mil MW deixarem de custar quarenta reais e passarem a cobrar duzentos reais/MWh.

Em 2016, a Agência Internacional de Energia, numa comparação de tarifas internacionais, usando o método de paridade do poder de compra, o único realmente válido, nos colocou como o terceiro país de energia elétrica mais cara. Com a privatização da Eletrobras, o país pode caminhar para ter a tarifa de energia elétrica mais cara do mundo.

PRODUÇÃO E INOVAÇÃO

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

O governo federal estima abrir mão de 331,2 bilhões de reais de arrecadação no próximo ano por conta de renúncias tributárias. O valor - equivalente a 4,35% do Produto Interno Bruto (PIB) - foi enviado ao Congresso Nacional pela Receita Federal para compor o Orçamento de 2020 e significa um aumento de 8,09% em relação ao gasto tributário de 2019.

Com o objetivo de estimular o crédito para capital de giro das empresas, o Ministério da Economia estuda uma proposta de mudança numa regra da Justiça do Trabalho, liberando 65 bilhões de reais que atualmente estão parados na forma de depósitos recursais.

O preâmbulo de uma resolução publicada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) anuncia que o governo pretende estimular o transporte de cabotagem no país, hoje restrito a empresas nacionais, abrindo o setor para embarcações estrangeiras e, assim, ampliar a competição e reduzir os preços. Diz o texto: “o transporte aquaviário de cargas é comparativamente mais eficiente, seguro e apresenta menores custos e impactos ambientais que o modal rodoviário ou ferroviário”. (...) A maior participação do transporte por cabotagem “é a medida mais eficaz e célere para equilibrar os dispêndios excessivos da União, dos estados, Distrito Federal e municípios em projetos de infraestrutura rodoviária e ferroviária”. Se de fato for adiante, essa medida deve tensionar ainda mais a relação do governo com os caminhoneiros.

A Proposta de Lei Orçamentária (PLOA) de 2020, encaminhada pelo governo para o Congresso Nacional, prevê a redução de 41% nas verbas do programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), o que equivale a um corte de 1,9 bilhão de reais. Se aprovada a PLOA, apenas 2,7 bilhões de reais serão destinados ao programa no ano que vem. De 2009 a 2018, a média anual orçamentária do MCMV foi de 11,3 bilhões de reais.

Por conta da queda das vendas para o mercado interno no último mês de agosto (-2,3%) e ainda em razão da forte contração de 34,7% das exportações para a Argentina (comparado ao mesmo mês de 2018), a produção de veículos caiu 7,3% em agosto e o número de empregados no setor diminuiu 4%, ambos na comparação com o mesmo mês do ano passado.

O Ministério da Economia anunciou que prepara proposta de venda das empresas

da União que detêm dados cadastrais da população brasileira (Serpro e Dataprev). Só no ano passado, o Serpro teve uma receita líquida de 2,7 bilhões de reais, e a Dataprev, de 1,26 bilhão de reais. A primeira possui cerca de 9.100 funcionários concursados, a segunda, 3.400. No mercado, juntas, as empresas têm o valor estimado de seis bilhões de reais, sem considerar o valor das informações que armazenam.

A despeito de seu discurso radicalmente privatista, do deliberado encolhimento do BNDES e do crescente abandono das funções públicas do Banco do Brasil e da Caixa, o governo anunciou que pretende criar um banco estatal para financiar o setor de defesa. Por estranho que pareça, a proposta inclui aportes do BNDES no novo banco.

Está em discussão no governo a possibilidade de acabar com o monopólio da Caixa Econômica Federal sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Pela regra atual, a Caixa recebe 1% dos aportes do Fundo para gerenciar os recursos, que no ano passado alcançaram um total que chegou a 5,1 bilhões de reais.

O Parlamento da Áustria rejeitou o acordo UE-Mercosul, o que poderá bloquear uma ratificação unânime no Conselho Europeu, inviabilizando o acordo. A postura brasileira sobre as queimadas na Amazônia foi uma das questões que gerou críticas ao pacto.

O governo descontingenciou 12,5 bilhões de reais do orçamento de 2019, evitando o risco iminente de apagão operacional em vários ministérios. A medida veio acompanhada de uma revisão na estimativa de gastos com servidores da União, cujo valor estava estranhamente inflado em 5,8 bilhões de reais.

O capitão Bolsonaro aprovou com alguns vetos a MP da “liberdade econômica”, esvaziando o poder regulatório do Estado sobre diversas atividades econômicas e flexibilizando ainda mais a regulação do trabalho no país.

ANÁLISE CRÍTICA

O rosário de reformas de inspiração ultraliberal que vêm sendo executado desde que a presidenta Dilma foi golpeada (a imposição do teto de gastos, a reforma trabalhista, a MP da “liberdade econômica” e agora a quase concluída reforma da Previdência) não cumpriram com nenhuma de suas promessas, tão somente prolongando a estagnação econômica que angustia a sociedade brasileira e deixa a grande maioria da população ao Deus dará.

A taxa de desocupação, por exemplo, que no quarto trimestre de 2017 (quando a reforma trabalhista entrou em vigor) era de 11,8%, permanece exatamente no mesmo patamar, enquanto a taxa de trabalhadores subutilizados (desocupados + desalentados + subocupados) cresceu ao longo do período pós-reforma, saltando de 23,9% em 2017 para 24,3% em agosto de 2019.

Além disso, outro dado um tanto surpreendente – ao menos para aqueles que apostavam no caráter virtuoso das inovações contratuais introduzidas pela reforma – é o do aumento da informalidade, que tem alcançado níveis recordes no país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 41,4% dos trabalhadores ocupados no trimestre encerrado em agosto encontravam-se na informalidade, sendo que dos novos postos de trabalho criados entre junho e agosto, nada menos que 87,1% eram informais. Ou seja, as reformas em série não ajudaram a aquecer o mercado de trabalho, nem tampouco favoreceram a formalização das relações laborais no país.

Diante desse quadro, a falta de sensibilidade do governo Bolsonaro perante a grave deterioração do mercado de trabalho do país chega a ser espantosa, mesmo para quem não alimentava nenhuma expectativa positiva em relação a um governo cuja área econômica é comandada por Paulo Guedes, um representante primitivo dos interesses rentistas no Brasil. Ao contrário, têm-se a impressão de que o capitão e seu superministro se apoiam na dramática situação do mercado de trabalho brasileiro para dobrar a aposta e lançar medidas ainda mais deletérias.

Um pequeno, mas emblemático exemplo desse comportamento oportunista e ineficaz, é a ideia ventilada pelo governo de capturar 65 bilhões de reais (a bagatela de 1% do PIB) que atualmente estão parados na forma de depósitos recursais da Justiça do Trabalho para entregá-los aos bancos, a fim de que ampliem as linhas de crédito para capital de giro das empresas.

Difícil imaginar medida mais estapafúrdia. Em primeiro lugar, porque o problema da escassez de crédito para essa e tantas outras demandas do setor produtivo brasileiro não se deve à falta de capital (funding) dos bancos para realizar esse tipo de operação.

O que trava o crédito no Brasil são os spreads stupidamente elevados, agora protegidos pela ausência da concorrência das linhas baratas dos bancos públicos. Sob as orientações de sucessivos ministros-banqueiros, não apenas fizeram minguar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como Banco do Brasil e Caixa, passaram a mimetizar o comportamento dos bancos privados, refastelando-

-se no melaço rentista que escorre para o funil de um cartel formado por cinco casas bancárias, cujo poder se manifesta no controle de mais de 80% do crédito do país.

Em segundo lugar porque com os tais 65 bilhões de reais seriam possíveis tomar medidas muito mais efetivas para dinamizar a economia, criar empregos e retirar do sufoco a enorme maioria de brasileiros que depende do seu suor para sobreviver. Entre outras possibilidades, um grande programa de investimento em infraestrutura social (saneamento básico, habitação popular, centros de saúde, etc) traria resultados em um curto prazo, com grande alcance econômico e social.

Lamentavelmente, contudo, o governo prefere manter-se fiel a sua ideologia liberal ultrapassada e aos interesses rentistas que lhe dão sustentação política.

Oportunidades ocupacionais e renda

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua aponta que no terceiro trimestre deste ano o número de trabalhadores sem registro em carteira, a serviço de empresas privadas, bateu em 11,8 milhões de pessoas. É um novo recorde, subindo 5,6% (mais 619 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2018.

Além do crescimento dos sem registro em carteira, o número de trabalhadores por conta própria (24,2 milhões) também é recorde e subiu 5,2% (mais 1,2 milhão de pessoas) frente ao mesmo período de 2018. Já o número de trabalhadores domésticos, estimado em 6,3 milhões de pessoas, ficou estável em relação ao mesmo trimestre de 2018.

O governo anunciou que pretende realizar uma reforma administrativa na máquina do Estado. Amparado pela já tradicional demonização do serviço público, prometeu cortar concursos, abolir estabilidade em diferentes carreiras e implementar avaliação de desempenho dos servidores, à qual passarão a estar atrelados os salários e promoções.

Educação, Esportes e Cultura

No dia 5 de setembro foi lançado o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares, que almeja, de acordo com Abraham Weintraub, contemplar 10% das escolas do território nacional até 2026. Segundo o governo, o programa é benéfico para a qualidade do ensino e para os vínculos entre pais, professores, alunos e funcionários. Militares da reserva também poderão atuar nessas escolas.

No fim de setembro, o Ministério da Educação enviou para escolas públicas de todo o país um ofício do projeto Escola de Todos, com a recomendação de algumas diretrizes, dentre elas o pluralismo de ideias, a tolerância religiosa, o combate ao bullying e ao suicídio. No ofício também consta que cabe ao professor “ensinar, não doutrinar” e que o posicionamento político-partidário também deve ser evitado.

O ministro da Educação anunciou em 19 de setembro o descontingenciamento da quantia de 1,990 bilhões de reais, o equivalente a 34% do bloqueio anunciado em maio (5,8 bilhões). Segundo ele, mais da metade dessa verba (58%) será destinada às universidades e institutos federais, o restante será direcionado ao pagamento

de bolsas Capes, ao Programa de Livros Didáticos e a realização de exames. O total liberado pelo governo como um todo foi de 8,3 bilhões de reais.

O Fundo Lava Jato, fruto do acordo entre o MPF, Estados Unidos e Petrobras, foi homologado no último dia 17 e parte dele será destinado à Educação, com verba de 1,6 bilhão de reais.

O Ministério da Economia aprovou o limite necessário para possibilitar o pagamento as bolsas CNPq referentes ao mês de outubro, porém, segundo o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, ainda não há garantia de que as bolsas de novembro e dezembro também serão pagas.

Seguridade Social Ampliada

Boletim divulgado pelo Ministério da Saúde em 19 de setembro havia computado 3.906 casos de sarampo no Brasil, com 567 novos casos. O Pará passou a integrar a lista de dezesseis estados com transmissão ativa da doença, totalizando dezessete. A maior parte dos casos, 97,5%, permanece concentrada em 153 municípios de São Paulo, principalmente na região metropolitana. O atual boletim apresenta, ainda, 20.485 casos em investigação e 4.134 que foram descartados. Permanece o registro de quatro óbitos em todo o país pela doença.

No dia 16 de setembro foi lançado o Movimento Vacina Brasil nas Fronteiras e um pacote de ações voltado para o fortalecimento da vigilância em cinco cidades brasileiras fronteiriças aos países que compõem o Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai). O programa tem enfoque especial no sarampo e na febre amarela.

Unidades da Federação poderão firmar acordos internacionais para suprimento de médicos. A comissão mista que analisa a medida provisória da criação do Médicos pelo Brasil aprovou em setembro emenda do deputado Alexandre Padilha (PT-SP), que permite aos estados isoladamente ou em consórcios executar o Projeto Mais Médicos para o Brasil, dentro do Programa Mais Médicos, podendo firmar acordos inclusive com organismos internacionais e instituições de educação superior estrangeiras.

A Lei 13.876/2019, aprovada em setembro, prevê arrecadação de contribuições sociais em ações judiciais e em acordos trabalhistas. Segundo a lei, a Justiça do Trabalho deverá discriminar, nas verbas rescisórias, os valores que correspondem a verbas remuneratórias (13º salário, férias, horas extras) – sobre as quais há incidência de Imposto de Renda e de contribuições sociais, como a contribuição previdenciária.

A PEC da reforma da Previdência está tramitando no Senado Federal, após ser aprovada na Câmara.

Direitos Humanos

Foi sancionada a Lei nº 13.871, que altera a Lei Maria da Penha e dispõe sobre a responsabilidade do agressor no ressarcimento de todos os danos referentes aos serviços prestados pelo SUS às vítimas de violência doméstica e familiar, além dos custos dos dispositivos de segurança – como botão do pânico e tornozeleira eletrônica.

Também foi sancionada a Lei nº 13.872 que assegura o direito das mães amamentarem os filhos de até seis meses a cada duas horas durante a realização de concursos públicos da administração federal direta e indireta.

O governo federal lançou o projeto “LibrasGOV – Sinalizando em Língua Brasileira de Sinais os espaços, contextos e expressões governamentais”. A iniciativa tem a proposta de registrar os sinais utilizados na política, a fim de possibilitar que todas as pessoas do país usem os mesmos símbolos.

A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) assinaram um Acordo de Cooperação Técnica, com o objetivo de tratar a pauta racial e étnica nas formações dos agentes penitenciários e que determina a criação de ações de implementação do quesito raça/cor e marcação sobre origem étnica nos formulários do sistema penitenciário nacional. O objetivo é conhecer e monitorar a população carcerária e, conseqüentemente, elaborar futuras políticas públicas que atendam a esses grupos.

A ministra do MMFDH, Damares Alves, e o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, lançaram no dia 17, em Brasília, campanha de valorização da vida e de combate à depressão. A campanha tem o objetivo de estimular o jovem a compartilhar momentos com a família e amigos, conversar mais, fortalecendo a importância do diálogo e desmistificando a vida virtual. A iniciativa também reforça a necessidade de ficar atento aos sintomas da depressão e de buscar ajuda. O ministro Luiz Henrique Mandetta destacou que a pasta investe cerca de 500 milhões de reais por ano para a expansão da Rede de Atenção Psicossocial (Raps).

A Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas Desaparecidas foi lançada na Câmara dos Deputados, em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

Humanos (MMFDH). O objetivo é trabalhar em parceria na elucidação dos casos de pessoas desaparecidas no país, para que as ações não sejam baseadas em projeções e “achismos”. Damares chamou a atenção para a Lei nº 13.812/19, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ANÁLISE CRÍTICA

O mês de setembro foi marcado por uma intensa atuação do Ministério de Dameres Alves com relação a anúncios de iniciativas da pasta. Apesar das necessárias críticas à pontualidade e superficialidade das ações de governo, é preciso entender que o Ministério de Direitos Humanos apresenta uma tentativa de agenda positiva nítida de gestão, algo raro. Por outro lado as Oportunidades Ocupacionais e a Seguridade Social seguem o ritmo da estagnação e das dificuldades de imposição de políticas públicas condizentes com a necessidade nacional. A Educação mereceu destaque por ações de ampliação de captação de recursos por diversas frentes, algo que aponta para o resultado das inúmeras manifestações ocorridas nesse ano que envolvem a agenda.

Ainda na educação, o governo cumpre um desejo dos adoradores do regime militar de levar a ideia da disciplina militar para as escolas públicas do país, cujas instituições estaduais são vistas como lugar de desordem, desrespeito e violência. A medida pavimenta mais uma etapa do caminho rumo à censura nos bancos escolares e a ameaça à liberdade de cátedra. Na visão governista, a escola passa a ser um lugar do reino da técnica e não da cidadania e do conhecimento, uma vez que a fala do ministro aparta ensino de educação, legando ao âmbito privado o direito à educação à família.

Na questão de trabalho e renda, o governo comemora os números da Pnad Contínua, porque este é seu programa econômico e social. A precarização do mercado de trabalho e o encolhimento da economia produtiva de valor agregado são dados na realidade brasileira. Dados do Inep divulgados em setembro afirmam que a queda dos investimentos da Petrobras, provocada especialmente pela índole persecutória e antinacionalista da Lava Jato, custou 2,5 milhões de vagas de trabalho desde 2015. Segundo o Inep, 60% dos investimentos que a Petrobras poderia ter feito na cadeia produtiva brasileira desapareceram no período. Soma-se a isso o esforço deliberado para a precarização do trabalho também no serviço público.

Quanto à seguridade social ampliada (Saúde, Previdência Social e Assistência Social), o projeto do governo que mais teve espaço na mídia foi a reforma da Previdência, tida como ponto fundamental para a retomada da “confiança e do crescimento”. Na saúde, o grande destaque por parte do governo tem sido a vacinação como forma de conter surtos de doenças. Na assistência social destaca-se a ampliação de espaço dentro das políticas públicas para as Forças Armadas, igrejas evangélicas e, em conjunto, das comunidades terapêuticas.

Os esforços de agenda de direitos humanos, apesar de parecerem andar na contramão do governo, são evidentemente insuficientes sob o ponto de vista da estruturação de políticas públicas transformadoras. Exemplo disso são os dados divulgados pelo Conselho Indigenista Missionário que apontam para um notório ataque aos direitos dos povos originários, com especial destaque a acusações contra o presidente e seu vice.

A pauta da saúde mental e da juventude é grave e o governo, apesar de apresentar medidas, parece não entender a severidade da situação. Entre 2015 e 2018, o SUS registrou aumento de 52% nos atendimentos ambulatorial e de internação relacionados à depressão, passando de 79.654 para 121.341 procedimentos. Na faixa etária de 15 a 29 anos, o aumento foi de 115% no mesmo período, evoluindo de 12.698 para 27.363 procedimentos.

No Brasil, estima-se que 14,1 milhões de pessoas apresentem diagnóstico de transtornos ou sofrimentos mentais, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013, do Ministério da Saúde. Apenas estimular o jovem a compartilhar momentos com a família e amigos, conversar mais, fortalecendo a importância do diálogo e desmistificando a vida virtual não vai resolver o problema da depressão e suicídio na juventude. A situação é grave e o orçamento para Saúde Mental este ano é de apenas 1,6 bilhão de reais.

DIMENSÃO AMBIENTAL, AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Sustentabilidade ambiental e política agrária

Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, o presidente Jair Bolsonaro negou que esteja acontecendo algo errado na Amazônia, apresentou uma visão ultraliberal, antiindígena e banalizou as queimadas ocorridas no país. Em meio ao seu discurso ideológico, que separa o Brasil das demais nações, Bolsonaro não mencionou as mensurações realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) e culpou os povos indígenas por parte das queimadas ocorridas.

Na Amazônia brasileira houve uma elevação dos focos de incêndio a partir de agosto de 2019. De acordo com o Inpe foram 30,9 mil e 19,5 mil focos de incêndio na Amazônia em agosto e setembro de 2019, respectivamente. Com incêndios criminosos que iniciaram no denominado “dia do fogo”, em agosto, os focos de incêndio ocorridos no governo Bolsonaro tiveram uma elevação de 196% em relação aos registrados no mês de agosto do ano anterior. Apesar da quantidade em setembro de 2019 não ter apresentado a mesma tendência de elevação, chama-se a atenção para as queimadas ocorridas em agosto de 2019, por terem superado em 20% a média da série histórica de 1998-2019 - a média histórica para o mês de agosto foi de 26 mil focos, contra o patamar de quase 31 mil focos em 2019.

Diretamente relacionado aos incêndios, o desmatamento na Amazônia também cresceu em agosto de 2019, em relação ao mesmo mês de 2018. O substancial aumento de 222% revela que neste mês foram desmatados 1.701 quilômetros quadrados – área maior que o município de São Paulo. Os dados recém divulgados do Inpe apontam que 1.173 quilômetros quadrados de floresta estavam com sinais de desmatamento em setembro de 2019, sendo a quantidade de desmatamento 101,35% acima da média registrada entre setembro de 2015 a 2018.

Em meio a esse processo de degradação ambiental da Amazônia, o Brasil não foi incluído na lista dos países que discursaram no programa da Cúpula do Clima das Organizações das Nações Unidas (ONU), ocorrida em 23 de setembro de 2019, em Nova Iorque. A seleção das nações com espaço de fala na Cúpula do Clima foi realizada com base nas informações enviadas pelos países sobre compromissos climáticos para o futuro. Tiveram o direito de discursar os países com atitudes inovadoras sobre a conservação do meio ambiente a partir de programas e metas a serem perseguidas.

Em 20 de setembro de 2019, também ocorreu no Brasil e em outros 130 países, uma mobilização denominada “Greve Global pelo Clima”, com mais de mil cidades com manifestações organizadas em defesa do meio ambiente. Além da greve e manifestações do dia 20, ocorreu uma série de debates sobre o tema, como os da organização Coalizão pelo Clima. O evento mundial decorre da iniciativa da jovem sueca Greta Thunberg, postulante ao Prêmio Nobel da Paz e ganhadora de diversos prêmios por sua militância ambiental. A pauta principal foi a justiça ambiental para o ser humano, sendo o combustível fóssil identificado como um dos principais causadores do aquecimento global.

Ainda do ponto de vista internacional, ocorrerá em outubro de 2019, no Vaticano, o Sínodo Amazônico. O evento católico terá como objetivo encontrar novos caminhos de atuação da igreja na região, e também debaterá as violências direcionadas às comunidades indígenas, de ribeirinhos, e à Floresta Amazônica, que cresceram na gestão do governo Bolsonaro. Em consequência, o atual governo deve monitorá-lo de perto, como já declarou. Em contrapartida, ocorrerá uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em 1º de outubro 2019, para redação de um documento que dê respaldo às decisões a serem tomadas no Sínodo em relação à região e seus povos.

Enquanto isso, no Brasil, a bancada ruralista do Congresso Nacional vem trabalhando na articulação de um Projeto de Lei (PL) que visa permitir a venda de terras brasileiras para estrangeiros. Trata-se do PL 2.963/2019, de autoria do senador Irajá Abreu (PSD-TO), que busca regulamentar a aquisição de terras por pessoas físicas e jurídicas de outras nacionalidades. Atualmente a venda de terras para estrangeiros é proibida. Em caso de aprovação, a medida pode gerar concentração de terras por empresas estrangeiras, bem como comprometer o bioma amazônico e a faixa de fronteira. A iniciativa pode valorizar o preço das terras brasileiras e expulsar o pequeno produtor e a agricultura familiar do processo produtivo.

ANÁLISE CRÍTICA

O presidente Bolsonaro, ao encontrar-se encurralado pela desestruturação da política ambiental brasileira e pelo aumento do desmatamento, declarou em seu discurso na ONU que as queimadas estariam sendo feitas pelos povos indígenas ou por ONGs para chamar atenção internacional, conforme declarado em outras oportunidades - como de costume o presidente não apresentou nenhuma prova ou evidência a respeito.

Segundo estudo do Inpe, as queimadas estão sendo usadas para limpar a terra de

áreas recém-desmatadas, majoritariamente para que seja utilizada para atividades econômicas como cultivo agrícola ou pastagem para gado. As constatações do Ipam também indicam elevada associação entre municípios desmatadores e elevadas ocorrências de queimadas, entre eles Altamira, Porto Velho, Lábrea e São Félix do Xingu.

Segundo Bolsonaro, queimadas fazem parte da cultura indígena. Essa informação não só ignora a diversidade cultural e de modos de vida indígenas, mas também se contrapõe ao fato de que os índios são os grandes protetores da floresta. Dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) mostram que o desmatamento é dez vezes maior (19% contra 2%) fora das terras indígenas, e que os indígenas, na verdade, atuam como uma barreira antidesmatamento e pró estoque de carbono. Então, se há um desejo real do governo de preservar a Amazônia, se deveria também proteger, de fato, as terras indígenas, e até mesmo criar mais reservas, expandi-las.

Vale lembrar que Bolsonaro levou em sua comitiva e citou em seu discurso a youtuber indígena Ysani Kalapalo, sua apoiadora desde o período eleitoral e não reconhecida pela entidade indígena de seu próprio território original como representante da causa. Segundo a Associação Terra Indígena Xingu (Atix), Ysani Kalapalo não está autorizada a falar em nome das tribos da região e que, apesar de ela se dizer moradora do Xingu, reside na realidade em Embu das Artes (SP). A Associação e outras catorze lideranças locais ainda divulgaram um manifesto contra a representação de Ysani na comitiva presidencial na ONU. A “carta de repúdio” diz que o convite a Ysani “demonstra mais uma vez o desrespeito com os povos e lideranças indígenas renomados do Xingu”.

Ao invés de acusar os ambientalistas e índios pelos incêndios, Bolsonaro deveria repensar a desastrosa trajetória da política ambiental ocorrida em sua gestão. Ao abrir mão dos recursos provenientes da Alemanha e da Noruega para o Fundo Amazônia, Bolsonaro enfraqueceu todo o sistema de proteção das florestas brasileiras. Entre outros objetivos, o Fundo Amazônia financiava projetos governamentais para iniciativas de prevenção e combate a incêndios na Amazônia, bem como financiava ações do Inpe e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Dessa maneira, além dos grandes proprietários de terra da soja e do gado, a culpa pelo aumento das queimadas também pode ser creditada ao cruzar de braços do governo, que reduziu drasticamente o orçamento dos serviços prestados pelo Ibama e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Os

retrocessos do governo incluem corte de recursos para estruturação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e corte de mais de cinco milhões de reais para fiscalização e combate aos incêndios realizados pela ICMBio. Os cortes orçamentários obrigaram o governo federal a reduzir em quase 25% o total de brigadistas temporários contratados para conter as queimadas.

Além de desestruturar a política ambiental, o governo estranhamente pretende alterar a forma de mensuração dos dados sobre o desmatamento. Caminhando nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente prevê a contratação de um sistema de monitoramento privado de uma empresa norte-americana, deixando para traz todo o acúmulo do Inpe. O sistema privado chamado Planet já se encontra em teste gratuito dentro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Na verdade, o governo erra ao pretender trocar um serviço público exitoso prestado pelo Inpe por um serviço privado sem comprovação de qualidade. A metodologia do Inpe se baseia em imagens captadas por satélite e os pesquisadores do órgão afirmam que a mensuração do desmatamento tem precisão superior a 90%. O sistema Deter do Inpe possibilita que a floresta seja monitorada 24 horas por dia. O Deter foi criado pelo governo Lula em 2004, possibilitando um diagnóstico de áreas desmatadas superiores a trinta mil metros quadrados.

Em suma, o início do governo Bolsonaro caracteriza-se pelo avanço do desmatamento na Amazônia e por um conjunto de retrocessos na condução da política ambiental brasileira. O avanço do ritmo do desmatamento no período recente veio acompanhado por conflitos sociais pelo uso da terra e resultou no aumento da violência no campo. O desmatamento vem causando boicotes comerciais de países importadores que defendem campanhas ambientais, bem como tem influenciado negociações de acordos comerciais entre o Mercosul e a União Europeia.

EXPEDIENTE

De Olho no Governo é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado pela Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Equipe editorial: Alexandre Guerra; Ana Luíza Matos de Oliveira; António Carlos Carvalho; Eduardo Tadeu Pereira; Fernanda Estima; Isaías Dalle; Kjeld Jakobsen; Jordana Dias Pereira; Luana Forlini; Marcelo Manzano; Matheus Toledo; Paulo C. Ramos; Pedro Simon Camarão; Ronnie Aldrin Silva; Rose Silva; Sérgio Honório; Vilma Bokany; William Nozaki. Edição eletrônica: Camila Roma.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br